

"O DITO E O NÃO-DITO"¹: REFLEXÃO SOBRE NARRATIVAS QUE FAMÍLIAS DE CLASSE MÉDIA NÃO CONTAM

(PARA ELENA)

E. JEAN LANGDON

Eu trabalho com narrativas; histórias que têm um começo, um meio e um fim e que reconstróem os eventos em nossas vidas. Como antropóloga examino as narrativas de povos indígenas, pressupondo que estas narrativas sejam sistemas simbólicos que expressam suas percepções do cosmos, sua visão de mundo e as maneiras de interpretar os acontecimentos de suas vidas. Narrativas são também muitas vezes sobre conflito; elas são acusações, e o estudo de narrativas nos ajuda a entender conflitos inerentes às relações sociais. Esta não é uma característica específica de narrativas indígenas, mas de narrativas como uma forma universal encontrada em todas as culturas. Logo, podemos examinar narrativas em qualquer sociedade para ver o que as pessoas selecionam como sendo importante para reconstruir suas histórias e expressar seus valores. Podemos entender os conflitos comuns entre os elementos do grupo e quem são aqueles considerados como "errados", como os culpados de causar injustiça aos outros.

Um evento recente me fez perceber que não é só a narrativa contada que transmite uma mensagem. Frequentemente a narrativa que não pode ser contada carrega um peso igual ou maior que aquela contada. No caso da sociedade de classe média, as proibições de narrativas sobre abuso sexual de jovens ou meninas carregam mensagens que marcam as vítimas para o resto de suas vidas, mas não permitem uma elaboração no sentido de entender quem é realmente o culpado. Ninguém é acusado e não há nenhum mecanismo social para as jovens vítimas compreenderem que a culpa não é delas.

Hoje eu briguei com minha filha. Ela me confidenciou uma história secreta do que tinha acontecido a uma amiga dela há alguns anos. Eu tinha ouvido uma versão do mesmo evento logo após acontecer, quando a garota tinha 14 anos. Ela tinha confidenciado à minha filha que, quando foi dormir na casa de outra amiga, acordou no meio da noite com o pai da casa "acariciando" o seu corpo. Ambos assustados, o pai rapidamente escapuliu pela porta do quarto. Evidentemente um evento similar também aconteceu quando esta jovem garota foi acampar com a mesma família, só que desta vez foi da barraca que o pai rapidamente escapuliu quando ela acordou. Naquela época, minha filha tinha me confidenciado esta história dizendo que sua amiga estava com medo de contar a seus pais. Eu havia insistido que lhes contasse, ou eu interferiria. Sabendo que havia violado a confidência de sua amiga, minha filha a convenceu de contar a seus pais antes que eu o fizesse.

¹ Tomei emprestado este título do livro do meu professor, Stephen Tyler, que explorou conosco o significado da linguagem como comunicação e depois começou a perceber que os silêncios também têm mensagens

Eu esqueci do incidente, pressupondo que os envolvidos agiriam no rumo certo.

No entanto, ontem à noite, minha filha, numa conversa franca sobre sexualidade, relatou a narrativa real, aquela não-dita - que o pai da amiga teve relação sexual com ela e que ela nunca contou aos seus pais. Continuamos nossa discussão sobre outros assuntos mais centrais à nossa conversa mas, quando fui deitar, não pude dormir. Comecei a pensar em todas as narrativas não-ditas a respeito de abuso sexual, minhas próprias experiências, as de minhas irmãs, de minhas alunas e muitas outras. Minha raiva cresceu e hoje eu anunciei a minha filha que o evento não poderia simplesmente descansar em paz e que eu pretendia interferir. Ela explodiu diante de minhas intenções de violar a confidência de sua amiga e revelou que apesar dos pais da vítima não saberem, esposa e filha do "pai de família" sabiam. Eu me encontrei em total estado de raiva física - respirando rapidamente, meu coração disparado, querendo destruir a vida do chamado "chefe de família" e me perguntando que tipo de "mãe" poderia permanecer em silêncio em tal situação. Quem deve ser acusado?

A razão de minha raiva não está no fato em si. É um acontecimento extremamente comum: jovens garotas são sexualmente molestadas por pais, padrastos, tios, amigos da família e estranhos. A razão de minha raiva está em todas as vezes em que nós, enquanto jovens garotas, recebemos a mensagem, através de narrativas não-ditas, que não podemos contar, que os culpados - os adultos, o homem "adulto" - não podem ser expostos e que sozinhas devemos nos precaver deles e secretamente carregar conosco estes fatos de violência sexual. Eles se tornam histórias não-contadas que são mantidas no armário, contadas em segredo para amigas próximas e às vezes para terapeutas. Mas os verdadeiros culpados nunca são expostos, e muitas vezes as vítimas jamais perdem a sensação de culpa.

Talvez eu possa ser mais clara através de minha própria experiência pessoal, apesar de agora nos anos 90 sabermos que é um acontecimento comum na sociedade branca da classe média.

Nós sabemos disso estatisticamente. Nós sabemos disso através de grupos feministas que têm surgido para criar consciência nas mulheres. Um colega quantitativamente mais informado me disse que incesto não é problema se comparado com o peso que tem em outras culturas. Não tenho certeza de como medir o dano subjetivo da vítima numa cultura onde um sagrado código moral foi quebrado. Mas ele parece achar que as estatísticas o medem melhor que nós que fomos submetidas à experiência. E, como famílias de classe média, nós ainda enterramos a verdade, protegendo os culpados.

Quando eu tinha mais ou menos 10 anos fui visitar a família do meu tio. Minha mãe não me avisou nada e minha avó somente disse que meu tio não era de confiança, que ele tinha feito algo à minha irmã e que ela não podia contar. Aquela narrativa nunca me foi contada, e sendo uma criança meio desajustada eu nunca entendi muito o significado do silêncio, exceto que há coisas sobre homens adultos na família que não podem ser contadas - porque não podem, nunca foi claro para mim. Minha irmã tinha 12 anos na época. Foi nos anos 50. Nós ainda brincávamos com bonecas. Meu tio foi protegido e permanece protegido pela narrativa não-contada.

Chegando aos 15 anos eu vivi uma experiência extremamente atordoante. Meu padrasto me molestou sexualmente enquanto minha mãe dormia no quarto deles. Eu não tinha experiência, não tinha começado a

descobrir meu corpo, e subitamente estava vulnerável diante de um homem "adulto" com intenções adultas. Eu não sabia como entender a situação. Eu não sabia como construir uma narrativa da situação. Ninguém me contou suas narrativas. Eu perguntei à minha mãe se ela estava feliz com este novo marido e ela respondeu que nunca tinha sido tão feliz. O que eu podia fazer? Eu estava atordoada e abandonada. Se eu o expusesse, destruiria a felicidade dela. No entanto, eu também estava acompanhada de profundos sentimentos de culpa de ter traído a minha mãe. É difícil reconstruir a confusão da minha cabeça naquela época, para construir uma narrativa que daria sentido a uma situação sem sentido. Eu não estava suficientemente madura para me orientar, para atribuir importância ao evento, para saber quem deveria ser acusado. Então não contei nenhuma narrativa. Dei um jeito para que minha irmã mais nova dividisse comigo o quarto e deixei a casa aos 18 anos para nunca mais habitá-la enquanto membro da família.

Aquela narrativa não-dita levou a outra. Cerca de oito anos depois, minha irmã mais nova me confidenciou sua história secreta de moléstia sexual depois que saí de casa. Mais de 30 anos se passaram e nossas narrativas nunca foram contadas abertamente. Hoje sei que meu irmão sabe. Não sei a respeito de minhas duas outras irmãs. Às vezes acho que minha mãe sabe, mas parece tarde demais para tornar público a ela, com 71 anos, o segredo que tem atormentado a mim e à minha irmã nos nossos anos adultos. Se ela sabe, eu não sei o que ela sente. Meu padrasto tem sido protegido; nós garantimos isso. Mas, quem havia para nos proteger quando um "adulto" de 40 anos nos forçou, não sendo adultos ainda, a decisões que estávamos despreparadas para entender?

Estes são os fantasmas da família. Nos meus anos de ensino, aprendi que muitas famílias têm tais fantasmas. Muitas alunas têm me confidenciado experiências parecidas - sejam os agressores "adultos" padrastos, tios, pais ou bons amigos da família. Espantosamente, as mães muitas vezes estão conscientes da situação. E eu me pergunto por que, quando garotas, nos ensinavam a não contar nossas histórias, a não colocar a culpa naquele que está errado. Por que a mãe, quando sabe, permanece silenciosa no intuito de salvar o casamento? Ninguém conta estas histórias.

Talvez porque agora, com 48 anos e tendo passado por anos de terapia, posso finalmente expressar a raiva que sinto destes homens, que teoricamente são adultos e que forçam as crianças que eles violam a assumir a posição de adulto.

Por que não falamos? Eu tenho me perguntado isso por anos e esta narrativa não-contada da amiga de minha filha talvez tenha me ajudado a esclarecer qual é a mensagem das narrativas não-contadas, de nossa cultura, sobre abuso sexual das jovens nas famílias de classe média. Qual foi a mensagem naquela narrativa não-contada sobre meu tio? As famílias devem proteger os seus homens supostamente adultos que molestam sexualmente pequenas ou jovens meninas que ainda não são adultas? Ninguém pode contar. Há medo e horror no silêncio do não-dito. Eu não sei porque não podemos contar. É porque o não-dito deixa a vítima acusada? É porque nós não podemos admitir que estes tipos de eventos acontecem em famílias? É porque teríamos que admitir que nossas figuras paternas não são homens de verdade, que eles cometeram um mal moral por incomodar alguém totalmente inapto para se proteger como uma adulta? Que estes parentes ou amigos não nos merecem? Que eles implicam um sério mal moral na família?

Eu fui estuprada quando adulta. Foi muito mais fácil. Foi uma narrativa que eu facilmente contei. Eu fiquei com mais medo pela violência e pelo fato de que minha vida estava nas mãos de um louco estranho do que pelo ato sexual em si. Eu tinha idade suficiente para assimilar a experiência, para entender e para construir minha narrativa. Está claro quem é o acusado. Eu não me sinto culpada, abandonada, ou confusa. Eu me sinto feliz por estar viva.

Realmente não posso dizer por que a amiga de 14 anos de minha filha teve medo de contar a seus pais e por que ainda não contou. Hoje ela põe a culpa de sua frigidez sexual no evento. Ela teve medo de ser acusada? Esta é a reação mais comum quando uma mulher acusa um homem de estupro: "ela o provocou". Quando estava fazendo doutorado, num seminário sobre a natureza humana me lembro de um professor de filosofia dizendo que a maioria das mulheres quer ser estuprada. No entanto, há um fato muito claro neste caso e em outras narrativas sobre homens de 40 anos estuprando meninas de 15 ou menos. Os homens são adultos; suas vítimas não são. Neste caso estou falando de um professor universitário, um homem de status na sociedade. Por que o protegemos? Por que protegemos estes homens que demonstram não ser propriamente homens adultos? Qual é o sentido dessa proibição cultural, que silencia a jovem vítima que não possui armas, físicas ou mentais, para se proteger das agressões das figuras paternas na nossa sociedade? Elas não possuem instrumentos para entender ou reagir como adultas. Quem é o acusado não fica claro no silêncio da narrativa não-contada.

Estas são narrativas não-contadas sobre meninas e homens adultos. Recentemente, fiquei sabendo de várias narrativas não-contadas sobre meninos e seus pais, tios e "amigos adultos". Se procurássemos ainda mais, certamente encontraríamos narrativas não-contadas que acusariam mulheres "adultas". Certamente acredito que há homens amadurecidos e que há mulheres não amadurecidas. Porém, acho que, dado à centralidade das figuras masculinas na nossa sociedade, estas continuariam a ocupar o papel central do agressor e do culpado na maioria destas narrativas não-contadas, se permitíssemos elaboração destes eventos publicamente. Segundo nossas crenças culturais, a sexualidade não pode ser controlada, e assim os homens são raramente acusados quando violam meninas ou quando matam ex-mulheres ou amantes por razões de ciúmes. Nestes assuntos, o machismo oferece uma fuga das responsabilidades adultas. Adultos sabem mais que crianças. Enquanto estas narrativas ficam em segredo, perpetuam as narrativas não-contadas das famílias, e muitos de nossos "pais" nunca terão que amadurecer. Eu penso que chegou o momento de estas narrativas serem contadas em vez de apenas serem expressadas através do silêncio. Talvez assim as vítimas cheguem a saber de que forma entender esta violência aos seus corpos e a quem e como acusar ou responsabilizar.

MANIFESTO DAS MULHERES

Propostas de Alteração do Código Penal Brasileiro

No momento em o poder executivo está formulando propostas para alteração do nosso Código Penal, o Movimento de Mulheres Brasileiras, unidas no esforço de tornar a Legislação pátria de acordo com os valores e necessidades do mundo atual e os preceitos constitucionais, apresenta sua proposta, resultado de longos estudos e debates.

- 1 - Legalização do aborto
- 2 - Considerar os crimes sexuais como "Crimes contra a Pessoa"
- 3 - Aumento de abrangência do crime de estupro para englobar sexo oral e anal
- 4 - Criação da figura "Abuso Sexual"
- 5 - Extinção dos crimes: posse sexual mediante fraude, atentado ao pudor mediante fraude, sedução, rapto violento ou mediante fraude e rapto consensual
- 6 - Extinção do crime de adultério
- 7 - Criação da figura "Violência Familiar"
- 8 - Criação da figura "Assédio Sexual"
- 9 - Regulamentação da reprodução assistida

Propostas de Alteração do Código Penal

1 - Legalização do Aborto

Atualmente a legislação brasileira só permite o aborto em caso de estupro ou se não há outro meio de salvar a vida da mulher. Entretanto, sabemos que o aborto clandestino é praticado no Brasil, na razão de 3 a 4 milhões por ano, resultando em aproximadamente 400 mil mortes de gestantes por ano. As mulheres das classes média e alta praticam o aborto clandestino de forma segura e com higiene, sem sofrer nenhum problema de saúde, enquanto que as mulheres pobres arriscam a própria vida, entregando seus corpos a "aborteiros" sem nenhum preparo na área da saúde e sem condições de higiene, quando não praticam o aborto elas próprias, com instrumentos perfurantes, que destroem seus úteros, ou ingerindo remédios que provocam doenças. Sabemos também que o Inamps realiza milhares de curetagens por ano, em decorrência de abortos mal feitos, gastando bilhões de cruzeiros nessas intervenções. Isto prova que a proibição legal não é causa para se evitar o aborto. É necessário que o aborto seja visto como uma questão de saúde pública e um direito da mulher. A legalização do aborto é uma antiga reivindicação do movimento de mulheres, devendo portanto ser retirada sua proibição do novo Código Penal.

2 - Considerar os crimes sexuais como "Crimes contra a Pessoa"

No Código Penal atual os crimes sexuais estão contidos no capítulo referente aos Crimes Contra os Costumes, o que significa que a legislação brasileira confunde aspectos morais e religiosos do sexo com os de liberdade. Mulheres e homens são menos importantes que a moral social. A proteção está na sociedade e na família e não na pessoa/vítima. Por isso é necessário que estes **costumes** sejam levados para o capítulo dos Crimes Contra a Pessoa, pois sabemos que em crimes como de estupro ou abuso sexual, a vítima é a pessoa, o ser humano, mulher ou homem, não a sociedade ou a família.

3 - Aumento da abrangência do crime de estupro para englobar sexo oral e anal (Art.213)

A proposta é juntar o crime de Estupro com o crime de Atentado Violento ao Pudor, ampliando seu significado. Atualmente o código diz que estupro é "constranger mulher à conjugação carnal, mediante fraude ou grave ameaça" e que o atentado violento ao pudor é "constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a praticar ou permitir que com ele se pratique ato libidinoso diverso da conjugação carnal". Se aprovada a proposta feminista, assim ficará o artigo: "Constranger alguém a praticar relação sexual, mediante violência ou grave ameaça. Pena - reclusão, de 6 a 10 anos. Parágrafo único - considera-se relação sexual